

Emendas cortam Congresso na própria carne

■ Esforço para enxugar e moralizar o parlamento prevê desde a extinção do Senado à redução do número de cadeiras da Câmara

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — Extinção do Senado Federal, fim do sigilo bancário dos ocupantes de cargos públicos, inclusive parlamentares, redução do número de cadeiras da Câmara dos Deputados, fim do recesso parlamentar de julho, aumento do período de trabalho do Congresso Nacional. Por incrível que pareça, todas essas propostas foram idealizadas pelos próprios deputados e senadores que, depois de verem o Congresso cair no descrédito da população, começam a fazer um esforço para enxugar e moralizar o Parlamento brasileiro. Esta semana, o deputado José Genoíno (PT-SP) começa a colher assinaturas para reduzir as vagas no Congresso.

"Acabar com o Senado? E eu doido para ir para lá", comenta, em tom de brincadeira, o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). A reação bem-humorada de Luís Eduardo se transforma na irritação de senadores quando o assunto é extinção do Senado Federal. "É uma tolice", reage o senador Odacir Soares (PFL-RO). E contrapõe: "Se é para acabar com o Senado, então vamos reduzir o mandato de deputado federal para dois anos, como acontece nos Estados Unidos".

O primeiro deputado a ter a idéia de acabar com o Senado foi Paulo Paim (PT-RS) que, em 1991, apresentou emenda constitucional transformando o Parlamento brasileiro em uma casa unicameral. "No mundo inteiro só existem 38 países que têm congressos bicamerais", afirma o deputado que, por causa dessa emenda, deixou de se candidatar ao Senado no ano passado.

Apesar da proposta de Paim ter sido engavetada pela Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Jarbas Lima (PPR-RS) — em primeiro mandato — já começou a recolher as 170 assinaturas necessárias para apresentar uma emenda no mesmo sentido. "É preciso tornar o Parlamento mais leve e mais ágil", diz Lima. "Em uma federação o sistema tem que ser bicameral", contra-argumenta o senador Esperidião Amin (PPR-SC).

Mais consensuais são as emendas para redução do número de cadeiras da Câmara. As propostas são muitas. O deputado José Genoíno, por exemplo, quer reduzir o número de vagas, que hoje são 513, para 500. Já o deputado Jarbas Lima defende a redução do número de deputados para 343. Emenda do deputado Antônio Joaquim (PDT-MT), que já tem parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, reduz para 350 o número de cadeiras.

Já o deputado Adylson Motta (PPR-RS), quer cortar apenas uma vaga na Câmara, que passaria a ter 512 deputados. As propostas de redução da Câmara não são apenas de deputados. O senador Esperidião Amin apresentou, durante a revisão constitucional de 93/94, proposta diminuindo o número de vagas na Câmara para 320 e no Senado,

que hoje tem 81 senadores, para 54.

"Sou favorável à redução do número de cadeiras na Câmara e no Senado. Mas não concordo com a extinção do Senado porque é ele quem modera o calor das decisões da Câmara", alega o líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ).

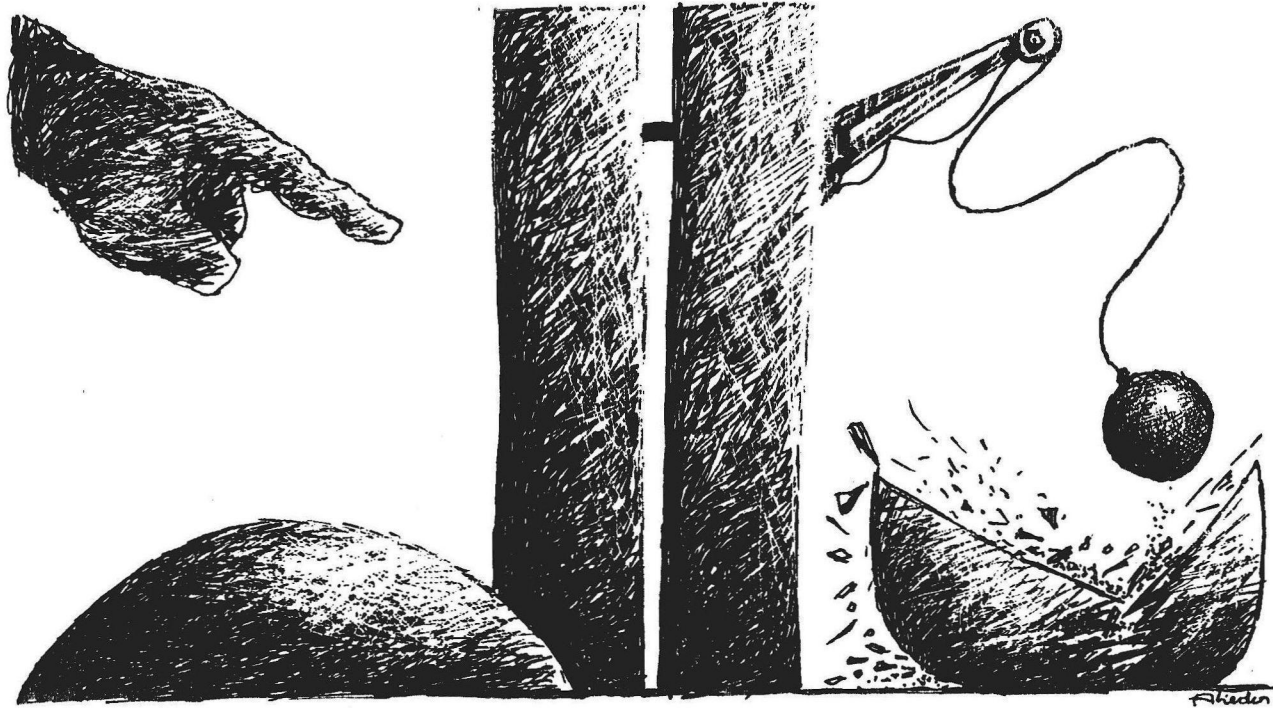
O deputado Adylson Motta (PPR-RS), campeão em emendas para enxugar e moralizar o Congresso, tem uma proposta que vai dar o que falar: quer acabar com o sigilo bancário ou fiscal de todas as pessoas que exercem cargos, empregos ou funções públicas — incluindo parlamentares, ministros do Judiciário e presidente da República. "Quem é pago pelos cofres públicos tem que ter suas contas transparentes", avalia Motta.

Ele também propõe mudanças no período de funcionamento do Congresso Nacional que passaria a trabalhar 1º de fevereiro a 31 de dezembro. "Só que os 20 primeiros dias de cada mês seriam dedicados às sessões deliberativas; os demais reservados para contatos dos parlamentares com suas bases eleitorais", explica. Pela emenda de Motta, recesso parlamentar só por 30 dias, em janeiro.

Menos polêmica é a proposta do líder do PT na Câmara, Jaques Wagner (BA). Ele propõe o fim do recesso parlamentar no mês de julho, mantendo as férias dos deputados e senadores em dezembro, janeiro e fevereiro. Wagner, que já começou a recolher assinaturas para apresentar a emenda, sugere também que a não votação da Lei de Diretrizes Orçamentária até o dia 30 de junho de cada ano, implique na impossibilidade de se deliberar sobre qualquer outro projeto pela Câmara e pelo Senado.

Mas não é só através de emendas constitucionais que os parlamentares pretendem enxugar e moralizar o Congresso. O deputado Jarbas Lima, por exemplo, é autor de uma proposta que promete provocar muita polêmica: a criação de um código de ética e decoro parlamentar da Câmara dos Deputados. Em seus 24 artigos, o código proíbe que os deputados empreguem parentes na Câmara e cria uma comissão permanente de ética, responsável pelo julgamento dos processos por falta de decoro parlamentar.

"O primeiro passo decisivo para mudar a imagem do Congresso é mudar a postura dos parlamentares. O resto é perfumaria", avalia o deputado. Na mesma tentativa de moralização, o deputado Paulo Bernardo (PT-SP) fez projeto declarando inelegível o candidato que tenha tido contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por "irregularidade insanável". "Tem muita gente que se candidata para se esconder atrás da imunidade parlamentar", diz Bernardo. Apresentado em 1993, o projeto teve o mesmo destino da maioria das propostas moralizadoras: está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça.



OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

■ Fim do sigilo bancário ou fiscal para quem ocupa cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios, aí compreendidos os cargos eletivos. A emenda já tem parecer favorável à admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Autor — deputado Adylson Motta (PPR-RS).

■ Estabelece que o Congresso Nacional funciona de 1º de fevereiro a 31 de dezembro, sendo que os primeiros 20 dias de cada mês são dedicados às sessões deliberativas; os demais são reservados para contatos dos parlamentares com suas bases eleitorais. Pela emenda, que deverá ser votada na CCJ na próxima semana, o recesso parlamentar fica reduzido a 30 dias, em janeiro.

Autor — deputado Adylson Motta (PPR-RS).

■ Extingue o recesso parlamentar do mês de julho, condiciona a entrada em recesso à aprovação do Orçamento Geral da União e determina o adiamento das deliberações do Congresso Nacional durante o mês de julho até que se vote a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A emenda ainda não foi apresentada; está em fase de recolhimento de assinaturas.

Autor — deputado Jaques Wagner (PT-BA)

■ Diminui o número de vagas na Câmara dos Deputados para 512 e propõe a adoção do sistema eleitoral misto: metade dos deputados eleitos pelo sistema proporcional e a outra metade pelo princípio majoritário distrital. A emenda ainda não foi apresentada; está em fase de recolhimento de assinaturas.

Autor — deputado Adylson Motta

■ Reduz o número de vagas na Câmara para 500 e estabelece que cada estado tem direito, no mínimo, a quatro deputados. A emenda ainda não foi apresentada; está em fase de recolhimento de assinaturas.

Autor — deputado José Genoíno (PT-SP)

■ Reduz o número de cadeiras na Câmara dos Deputados para 343. A emenda ainda não foi apresentada; está em fase de recolhimento de assinaturas.

Autor — deputado Jarbas Lima (PPR-RS)

■ Diminui o número de vagas na Câmara dos Deputados para 350 e estabelece que cada estado terá, no mínimo, cinco deputados e, no máximo, 47. Hoje, o número mínimo de deputados por estado é oito e o máximo, 70. A emenda já tem pare-

cer favorável à admissibilidade da CCJ.

Autor — deputado Antônio Joaquim (PDT-MT)

■ Estabelece a perda de mandato do deputado e do senador que se filiar a partido político diverso daquele pelo qual foi eleito. A emenda exigindo fidelidade partidária está na CCJ.

Autor — deputado Adylson Motta

■ Torna inelegíveis, a qualquer tempo, as pessoas condenadas por crime de corrupção, com sentença transitada em julgado. A emenda está na CCJ.

Autor — deputado Adylson Motta

■ Institui o sistema unicameral no Poder Legislativo, extinguindo o Senado Federal. A emenda foi apresentada em 1991 e está parada na CCJ.

Autor — deputado Paulo Paim (PT-RS)